



Anais da Assembléia

Nº 48

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 07 DE MAIO DE 1990

ANO XVI

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 29.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 07 DE MAIO de 1990.
SEGUNDA-FEIRA.

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Werner Wanderer e Algaci Túlio.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Duílio Genari, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, Lauro Lobo Alcantara, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Rubens Bueno, Sabino Campos, e Vera Agibert (45). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Ferrari Júnior, José Alves, José Rogério Carvalho, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Mário Pereira, Namir Piacentini, Renato Adur e Valderi Mendes Vilela (09).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência com a finalidade de indicar o nome dos Excelentíssimos Senhores Deputa-

dos Estaduais do Partido da Frente Liberal, que deverão compor as respectivas Comissões Temáticas desta Casa de Leis, para o presente ano de 1990, conforme a relação que segue:

DEPUTADO ANTÔNIO COSTENARO NETO

Titular: Comissão de Agricultura, Comissão de Obras Públicas, Transporte e Comunicação, Comissão de Indústria e Comércio, Comissão de Saúde, Comissão de Direitos da Mulher.

Suplente: Comissão de Educação, Comissão de Terras, Imigração e Colonização, Comissão de Recursos Humanos, Comissão de Cultura e Esportes, Comissão de Reivindicações Populares, Comissão de Segurança Pública.

DEPUTADO BASÍLIO ZANUSSO

Titular: Comissão de Finanças, Comissão de Tomada de Contas, Comissão de Orçamento, Comissão de Defesa do Consumidor, Comissão de Reforma à Constituição, Comissão de Reivindicações Populares.

Suplente: Comissão de Constituição e Justiça, Comissão de Obras Públicas, Transporte e Comunicação, Comissão de Turismo, Comissão de Saúde Pública, Comissão de Direitos da Mulher.

DEPUTADO JOÃO ARRUDA

Titular: Comissão de Direitos Humanos, Comissão de Redação, Comissão de Recursos Humanos, Comissão de Ecologia e Meio-Ambiente, Comissão de Cultura e Esportes.

Suplente: Comissão de Indústria e Comércio, Comissão de Tomada de Contas, Comissão de Orçamento, Comissão de Defesa do Consumidor, Comissão de Finanças.

DEPUTADO LEÔNIDAS CHAVES

Titular: Comissão de Constituição e Justiça, Comissão de Educação, Comissão de Terras, Imigração e Colonização, Comissão de Turismo, Comissão de Segurança Pública.

Suplente: Comissão de Agricultura, Comissão de Ecologia e Meio-Ambiente, Comissão de Reforma à Constituição, Comissão de Direitos Humanos, Comissão de Redação.

Aproveito a oportunidade para renovar meus votos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 07.05.90.

(a) JOÃO ARRUDA

Líder do PFL.

Ato:

ATO DO PRESIDENTE Nº 01/90

O Presidente da Assembléia Legislativa

do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Título I, Capítulo IV, Seção I, Artigo 24, combinado com o Inciso XIII, do Artigo 25, do Regimento Interno.

D E C L A R A:

Constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por sete (07) membros, conforme requerimento recebido pela Mesa, com fundamento no disposto pelo § 3º, do Artigo 62, da Constituição do Estado do Paraná, na sessão ordinária do dia 03, de maio corrente, que pretende apurar a situação das reservas indígenas existentes no território paranaense, devendo a mesma ser composta por dois (02) Deputados do PMDB, e por um (01) Deputado do PSDB, PFL, PDT, PRN e PTB, respectivamente.

Sala das Sessões, em 07.05.90.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 1112

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja incluído na Ordem do Dia, o Projeto de Lei n° 98/90, que concede pensão mensal à Senhora Vitória Santoro Urbano, viúva do ex-Prefeito João Urbano, do Município de Nova Esperança.

Sala das Sessões, em 07.05.90.

(a) FERRARI JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 1119

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER ouvido o Plenário, a reinclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei n° 132/90, com a emenda anexa para ser apreciada com o referido projeto.

Sala das Sessões, em 07.05.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

REQUERIMENTO N° 1126

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a Reinclusão, a Ordem do Dia da próxima sessão, do Projeto de Lei n° 19/90, que assegura o Vale Transporte e Vale Refeição ao servidor público.

Sala das Sessões, em 07.05.90.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

REQUERIMENTO N° 1127

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a Reinclusão, na Ordem do Dia da próxima sessão, do

Curitiba, segunda, em 07.05.90

Projeto de Lei n° 20/90, que concede incentivos fiscais destinados ao reflorestamento (nativas, exóticas e frutíferas).

Sala das Sessões, em 07.05.90.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

REQUERIMENTO N° 1116

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução n° 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER dispensa da discussão e votação para os projetos aprovados em 3ª Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 07.05.90.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 1123

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER, que seja retirado da Ordem do Dia, por três (03) sessões consecutivas, o Projeto de Resolução n° 23/90, de autoria dos Deputados Namir Piacentini e Nilton Barbosa, que autoriza a realização do plebiscito, na área que especifica, no Município de Assis Chateaubriand, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Encantado do Oeste.

A presente proposição tem por objetivo único, propor correções nas respectivas divisas em questão, haja vista, a existência de um projeto, já aprovado pelo Plenário da Assembléia, ter pontos afins com o acima indicado.

Sala das Sessões, em 07.05.90.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 1121

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, seja transformada a sessão plenária do dia 08.05.90 (3ª feira), em Grande Comissão, a fim de que seja apreciado e votado o Projeto de Lei n° 208/90, que trata do Quadro de Especialistas de Educação, ora em tramitação nesta Casa de Leis, dispensando apreciação pelas Comissões de Constituição e Justiça e de Economia.

Sala das Sessões, em 07.05.90.

(aa) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

ORLANDO PESSUTI

EZEQUIAS IOSSO

RAUL LOPES

RAFAEL GRECA

NEREU CARLOS MASSIGNAN

REQUERIMENTO N° 1128

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, REQUEREM à Casa, ouvido o Plenário, seja constituída nos termos do art. 62, § 3° da Constituição Estadual, Comissão Parlamentar de Inquérito, para investigar eventuais irregularidades que teriam ocorrido na área fazendária e sistema financeiro estadual, à vista das denúncias públicas contra o ex-Secretário Luiz Carlos Haully, formuladas pelo Deputado Federal Waldyr Pugliesi, durante a Convenção Regional do PMDB, ocorrida no último dia 6.

Sala das Sessões, em 07.05.90.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

AMÉLIA HRUSCHKA

HERMAS BRANDÃO

ALGACI TÚLIO

RAFAEL GRECA

RAUL LOPES

PAULINO JOSÉ DELAZERI

NELSON VASCONCELOS

HAROLDO RODRIGUES FERREIRA

BASÍLIO ZANUSSO

DAVID CHERLEGATE

RUBENS BUENO

ANTÔNIO BÁRBARA

NEREU CARLOS MASSIGNAN

DUÍLIO GENARI

ACIR MEZZADRI

LINDOLFO JÚNIOR

LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

e 2 ilegíveis.

JUSTIFICATIVA:

O Deputado Waldyr Pugliesi, formulou graves denúncias contra a administração das Finanças Estaduais, na gestão do Senhor Luiz Carlos Haully, durante os trabalhos da Convenção Regional do PMDB, conforme se tornou público, às pessoas e à imprensa que acompanharam aquele evento político.

Dentre as acusações públicas formuladas estão a de gestão incompetente à frente do Tesouro estadual, ocasionando situações graves como arrecadação abaixo das previsões, endividamento expressivo comprometendo a regularidade das finanças públicas, utilização de recursos públicos sob sua guarda para fins eleitoreiros, comprometendo inclusive as instituições financeiras sobre as quais detinha a responsabilidade legal;

Afirmou textualmente o Parlamentar em causa que o Senhor Haully assim teria procedido para "tentar impor goela abaixo do PMDB a sua candidatura a governador", tudo sob as vistas do Chefe do Executivo Estadual, que deveria ter acudido a tempo no resguardo da coisa pública;

Tanto que a situação financeira estadual foi considerada grave pelo próprio Governador, sendo invocada como um dos motivos determinantes de sua reorientação de

rumos para a permanência à frente do Governo Estadual;

Também, apesar do acréscimo de receita da ordem de 12%, acarretado pela reforma tributária da Constituição Federal de 1988, o Governo do Paraná tem convivido com situações difíceis, tudo o que reclama uma investigação Parlamentar ampla e abrangente, nos termos de Carta Política Estadual.

REQUERIMENTO N° 1114

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a consignação na Ata da Sessão de hoje, VOTOS DE CONGRATULAÇÕES, ao município de Turvo, pela passagem do 8° aniversário, a realizar-se no dia 12 de maio vindouro.

Outrossim, requer que da decisão do Plenário, seja dada ciência aos Srs. Edgard Rickli, Prefeito Municipal, Vereador Júlio Bernardo S. Kummer, Presidente da Câmara Municipal, Francisco M. Neumann, Patrão do C.T.G. Rincão do Pinhal bem como a todos os vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, cumprimentem a laboriosa população Turvense.

Sala das Sessões, em 07.05.90.

(a) CÂNDIDO BASTOS.

JUSTIFICATIVA:

Quando Turvo completa 8 anos de emancipação, constatamos com muita satisfação que o Município atravessa fase de grande desenvolvimento econômico, urbanístico e social, graças ao desprendimento de sua gente, tendo à frente o Prefeito Municipal, bem como todos os Senhores Vereadores, irmanados nos mesmos propósitos para a grandeza do Município, daí a firmeza de trabalho e progresso de toda a sua população.

Regozijamo-nos também com a belíssima programação elaborada, firmando a cultura e a tradição gaúchas, soprando as brasas vivas e revivendo o passado crioulo dessa gente.

Nesta data tão significativa, todo o povo de Turvo é credor de nossa homenagem e do nosso reconhecimento, na certeza de que continuará com a mesma garra e pujança, sendo exemplo e modelo para as demais cidades paranaenses.

REQUERIMENTO N° 1115

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a consignação na Ata da Sessão de hoje, VOTOS DE CONGRATULAÇÕES, ao município de Cantagalo, pela passagem do 8° aniversário, a realizar-se no dia 12 de maio vin-

douro.

Outrossim, requer que da decisão do Plenário, seja dada ciência aos Srs. José Fabrício dos Santos, Prefeito Municipal, Vereador Elevir Antônio Negrelle, Presidente da Câmara Municipal, Alaor Lopes Fritz, Presidente do Diretório Municipal do PMDB, bem como a todos os vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, cumprimentem a laboriosa população cantagalense.

Sala das Sessões, em 07.05.90.

(a) CÂNDIDO BASTOS.

JUSTIFICATIVA:

Quando Cantagalo completa 8 anos de emancipação política, constatamos com muita satisfação que o Município atravessa fase de grande desenvolvimento econômico, urbanístico e social, graças ao desprendimento de sua gente, tendo à frente o Prefeito Municipal, bem como todos os Senhores Vereadores, irmanados nos mesmos propósitos para a grandeza do Município, daí a firmeza de trabalho e progresso de toda a sua população.

Regoziamo-nos também com a belíssima programação elaborada, firmando a cultura a tradição gaúchas, soprando as brasas vivas e revivendo o passado crioulo dessa gente.

Nesta data tão significativa, todo o povo de Cantagalo é credor de nossa homenagem e do nosso reconhecimento, na certeza de que continuará com a mesma garra e pujança, sendo exemplo e modelo para as demais cidades paranaenses.

REQUERIMENTO N° 1117

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Jorge Gomes Rosa Filho, Digníssimo Diretor da FASPAR, solicitando auxílio financeiro para a Creche José do Patrocínio, localizada em Luiziana.

Sala das Sessões, em 07.05.90.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

A Creche José do Patrocínio, localizada em Luiziana, é uma entidade assistencial que atende dezenas de pessoas carentes, gestantes e recém-nascidos, proporcionando tranquilidade e segurança às mães. Entretanto, por motivos de defasagem orçamentária, necessita de auxílio financeiro.

REQUERIMENTO N° 1118

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor

Doutor Jorge Gomes Rosa Filho, Digníssimo Diretor da FASPAR, solicitando auxílio financeiro para a Creche Criança Félix, localizada em Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 07.05.90.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

A Creche Criança Félix, localizada em Campo Mourão, é uma entidade assistencial que ao longo das últimas décadas vem mantendo uma tradição de bom atendimento as pessoas carentes da região, proporcionando que os pais dessas, possam trabalhar. Entretanto, por motivos de defasagem orçamentária, necessita de auxílio financeiro.

REQUERIMENTO N° 1122

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente à Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, informações de quanto o Governo do Estado destinou p/habitação, no período de 1987 a 1990.

Sala das Sessões, em 07.05.90.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO.

REQUERIMENTO N° 1120

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Cultura, Doutor René Ariel Dotti, sugerindo a criação e institucionalização de um "SERVIÇO DE DEPÓSITO DE INÉDITOS" (literários), junto a órgão da Secretaria de Estado da Cultura.

Sala das Sessões, em 07.05.90.

(a) ORLANDO PESSUTI.

JUSTIFICATIVA:

A propriedade intelectual sobre a obra literária é, em tese, assegurada por lei, preceito este que na prática se traduz na obrigatoriedade do depósito legal efetuado pelo editor mediante a entrega de exemplares de obras publicadas que são arquivadas na Biblioteca Nacional.

O sistema atual, porém, deixa aberta uma lacuna: durante a delicada fase em que o autor procura quem lhe edite o tratamento fica, ele, sem a garantia de que a sua obra, cujos originais é obrigado a colocar em mãos alheias não seja, indevidamente apossada por terceiros.

A solução que ora se quer sugerir é a criação e institucionalização de um SERVIÇO DE DEPÓSITO DE ORIGINAIS INÉDITOS a funcionar junto à Secretaria de Estado da Cultura, onde o autor entregaria uma via de sua propriedade intelectual e, no ato, receberia nas demais vias que levasse, uma rubrica e/ou carimbo como certificado do depósito em causa, garantindo desta forma

os seus direitos sobre o trabalho.

Aguardamos que a presente sugestão possa ser acatada e colocada em prática o que, certamente, favorecerá a todos os intelectuais paranaenses.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N° 282/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a permutar área de terreno de sua propriedade, localizada à Rua Bororos, bairro do Portão, medindo 23.362 m², objeto da matrícula n° 9.128, Livro 3-E, efetuada em data de 11 de abril de 1913, no Registro de Imóveis da 1.ª Circunscrição da Comarca de Curitiba, pela área de terreno de propriedade do Instituto de Previdência do Estado - IPE, localizado à Rua Arthur Bernardes, esquina com a Rua Irati, bairro Santa Quitéria, medindo 23.362 m², objeto da matrícula n° 57.712, Livro 3-BC, efetuada em data de 15 de dezembro de 1967 no Registro de Imóveis da 6.ª Circunscrição da Comarca de Curitiba.

Art. 2° - Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Fundação Cardíaco - Fundação de Amparo a Pesquisa em Doenças Cardiovasculares, entidades sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública pela Lei n° 8.918, de 16 de dezembro de 1988, a área de terreno localizado à Rua Arthur Bernardes, esquina com a Rua Irati, bairro Santa Quitéria, medindo 23.362 m², objeto da matrícula n° 57.712, Livro 3-BC, efetuada em data de 15 de dezembro de 1967 no Registro de Imóveis da 6.ª Circunscrição da Comarca de Curitiba para a finalidade de implantar o Instituto do Coração do Paraná, criado pela Lei n° 9090 de 04 de outubro de 1989.

Art. 3° - O imóvel objeto da doação de que trata o artigo anterior, fica gravado com a cláusula de inalienabilidade, ficando liberado da cláusula de impenhorabilidade, podendo ser dado como contrapartida para a obtenção de recursos necessários ao desenvolvimento exclusivo da atividade e revertendo automaticamente ao patrimônio do Estado, caso lhe seja dada outra destinação.

Parágrafo Único - A contrapartida de que trata este artigo refere-se à garantia e/ou caução na contratação de recursos bem como empréstimos em organismos financeiros nacionais e/ou estrangeiros.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.05.90.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEAO

JUSTIFICATIVA:

A Fundação Cardíaco - Fundação de Am-

paro a Pesquisa em Doenças Cardiovasculares, com seus estatutos devidamente registrados no 5° Tabelião de Notas da Comarca de Curitiba e aprovado pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná como uma entidade sem fins lucrativos e declarada de Utilidade Pública pela lei n. 8919 de 16 de dezembro de 1988, foi instituída conforme previsto no Código Civil, tendo por objetivo, como enunciado em sua nomeação, o amparo à pesquisa em enfermidades cardiovasculares e o atendimento de pessoas em doenças do coração em todo o Estado do Paraná, atividade que vem desenvolvendo com real proveito à coletividade, ficando bem salientado não ter ela qualquer finalidade lucrativa, não recebendo seus dirigentes, pelo exercício de suas funções, nenhuma remuneração.

A Fundação Cardíaco tem também como finalidade, prevista pelo seu estatuto, no artigo 3°, de constituir a criação de Centro de Ensino ou Estudo, Instituto, Unidades Técnicas e Administrativas, Serviços de Pesquisa próprio ou em regime de cooperação em entidades nacionais e estrangeiras. Reconhecendo a necessidade de um Centro Cardiológico que atendesse com dignidade a população paranaense e que pudesse aglutinar os melhores profissionais nesta especialidade, foi apresentado e aprovado pela Assembléia Legislativa, a criação do Instituto do Coração do Paraná, Lei n. 9090 de 04 de outubro de 1989.

Desta forma se justifica buscar o devido aparato físico que irá acolher suas instalações.

Dos estudos que tem sido elaborados visando a melhor acomodação do Instituto do Coração do Paraná, levou-se em conta diversos fatores; dentre eles, a localização, topografia, acesso viário, benfeitorias, municipais e equidistâncias das áreas mais densamente povoadas, tendo sido selecionado o imóvel do IPE sito à Av. Arthur Bernardes, no bairro de Santa Quitéria, com área de 23.362 m². Para se atingir esta finalidade, há necessidade da permuta com o terreno do Estado de área equivalente, que é o terreno do bairro do Portão na Rua Bororos.

Sabedores que a presente solicitação merecerá toda a devida atenção e equacionamento, anelamos o apoio e a consequente aprovação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis. É a justificativa.

Relação de documentos anexados:

- 1 - Cópia da publicação em Diário Oficial datado 30.10.89
- 2 - Cópia ofício 1336/89GS Sec. Delcino Tavares da Silva.
- 3 - Cópia da resolução n. 01/89 do IPE.

4 - Cópia da Ata da Reunião do Conselho Administrativo do IPE.

5 - Planta do terreno a ser permutado.

6 - Cópia da Certidão do Registro de Imóveis da 1.^a Circunscrição.

7 - Planta do terreno onde deverá ser construído Hospital do Coração.

8 - Cópia da Certidão do Registro de Imóveis da 6.^a Circunscrição.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - ...Senhor Presidente, Senhores Deputados. Nós já havíamos abordado este assunto, aqui nesta tribuna da Assembléia Legislativa e usado também os meios de comunicação, a respeito da criação do consórcio do lixo, ainda uma idéia do Senhor Roberto Requião de Mello e Silva, quando então Secretário do Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Este Consórcio do lixo envolvia várias Prefeituras da Região Metropolitana de Curitiba e num levantamento que teria sido realizado, teria apontado o Município de Almirante Tamandaré por coincidência a minha terrinha, como local onde seria implantado este lixo.

Ocorre porém, que a Comunidade de Almirante Tamandaré, se levantou diante de mais essa medida arbitrária, porque a comunidade não foi consultada, movimentou-se e nós também procuramos influenciar na não construção deste lixo naquela região, porque afinal de contas, o Município de Almirante Tamandaré, já suportou por mais de vinte anos, um outro lixo na localidade de Lamenha Pequena, o qual foi desativado nesta administração da Prefeitura Municipal de Curitiba, e agora pretendia-se construir um novo lixo.

O Consórcio que não fora bem explicado e que parecia ter mais um interesse político do que propriamente uma preocupação com o Meio Ambiente, isso levou os Prefeitos da região metropolitana, a se reunirem e a começarem a discutir o assunto.

Eu me lembro que numa das reuniões da ASOMECA, Associação dos Prefeitos da Região Metropolitana da qual eu participo todo mês, no Município da região metropolitana, nós levantávamos este assunto e alertávamos os senhores Prefeitos de que eles estavam entrando numa canoa furada, que era mais um interesse político do que propriamente uma solução para o problema do lixo nas pequenas cidades da região metropolitana.

E a partir daquele momento, eu me lembro que a reunião se realizava no Município de Campo Largo, os Prefeitos quatro, cinco dias após deveriam estar aqui no Edifício Castelo Branco, assinando o Con-

trato Convênio para implantação do lixo. E, diante do nosso alerta, eles resolveram recuar e não assinaram este documento.

Acontece que, os dias foram se passando e a população de Almirante Tamandaré cada vez mais revoltada e com justa razão, os movimentos se realizavam e não havia por parte do então Secretário do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, Senhor Roberto Requião de Mello e Silva, uma discussão mais aprofundada a respeito deste lixo.

Fizemos ver os Senhores Prefeitos de que não deveriam repetir mais uma vez, entrar nesta canoa furada. Mas, acontece que das sete ou oito cidades da região metropolitana, caiu então para o Município de Almirante Tamandaré receber o lixo.

Graças a Deus, o bom senso prevaleceu e na semana passada, a Câmara de Vereadores de Almirante Tamandaré, juntamente com a Prefeitura, com o Prefeito daquele Município, resolveu a Câmara, deixar sem efeito uma Lei que já tinha sido aprovada por aquela Casa e que receberia o tal do lixo no Município de Tamandaré.

Eu faço questão, Senhor Presidente, Senhores Deputados, de ler esta Nota Oficial da Câmara Municipal de Almirante Tamandaré e da Prefeitura, que está baseada no seguinte teor:

(LÊ)

NOTA OFICIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

"O Prefeito Municipal de Almirante Tamandaré, Senhor Roberto Luiz Perussi, juntamente com os vereadores: João Carlos Bugalski - Presidente da Câmara, Celso Augusto Vaz, Gerônimo Jarek, João Chevônicia Antoniacomi, Lauro Barchik, Tadeu Edison Boza e Vicente Romano Lovato, emitem a presente Nota Pública aos munícipes de Almirante Tamandaré, e a quem mais possa interessar:

- Decidimos soberanamente, nós acima citados, que fica cancelada a participação do Município de Almirante Tamandaré no Consórcio Intermunicipal que regulamentaria a Implantação de Usina de Reciclagem de Lixo Domiciliar neste Município, diante da evidência de que o Governo do Estado do Paraná não dispõe de Recursos para a Implantação de uma Usina de Reciclagem, segundo afirmação do Governador Álvaro Dias, em audiência no último dia 27 de abril do corrente ano no Palácio Iguazu. Nós entendíamos que deveria ser implantada uma Usina de Reciclagem de Lixo, mas como o Governo do Estado afirmou ser esta implantação inviável por falta de recursos, decidimos cancelar a Lei de nº 47/90 que regulamentariza a participação do Município de Almirante Tamandaré, no Consórcio Intermunicipal.

- Conforme entendimento com o Governador Álvaro Dias e com o Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Senhor Paulo Roberto de Souza, e uma vez que já foi feita a desapropriação da área do Jardim Novos Horizontes em Cachoeira, queremos que execute-se nessa área a implantação de um Parque Ecológico de Cachoeira, que passará a ser uma defesa do Município de Almirante Tamandaré, e uma recompensa para Almirante que durante quinze anos recebeu o lixo de Curitiba".

- Esperamos ainda contar com a participação de toda a comunidade para juntos buscarmos uma solução viável para o problema do lixo, exclusivamente do lixo do município de Almirante Tamandaré, uma vez que a opinião de várias lideranças comunitárias surgiram durante o início deste ano, esperamos juntamente com todos, que o anseio de toda a população tamandareense seja direcionada de forma ordeira para que a comunidade tome decisões como por exemplo: Indicação do local para destinação final do lixo do município de Almirante Tamandaré; Tecnologia a ser utilizada de maneira que não haja impacto ambiental, etc..."

Esta é a nota oficial, emitida pela Câmara Municipal e pela Prefeitura do Município de Almirante Tamandaré. Foi mais uma das brincadeiras de mau gosto, feitas pelo Senhor Roberto Requião de Mello e Silva, que não conseguiu resolver o problema do lixo na Capital do Estado do Paraná, quando então Prefeito, e que pretendia, agora, no golpe político, envolver sete ou oito Prefeituras da região metropolitana para a criação do "lixão" no Município de Almirante Tamandaré. Fica, aqui, o nosso protesto, a nossa indignação, com relação a esta atitude tomada pelo Senhor Roberto Requião de Mello e Silva, em função deste fato profundamente lamentável. Graças a Deus, os Prefeitos da região metropolitana, todos, resolveram dizer um "não" a este consórcio, que iria envolver milhões e milhões de dólares, e que na verdade não iria resolver o problema do lixo da região metropolitana da nossa Curitiba. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrando o Horário do Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto à Liderança do PMDB se deseja fazer uso do seu horário.

(DECLINA).

Consulto à Liderança do PDS se deseja fazer uso do seu horário.

(DECLINA).

Consulto a Liderança do PFL se deseja fazer uso do seu horário.

(DECLINA).

Consulto a Liderança do PDC se deseja

fazer uso do seu horário.

(DECLINA).

Consulto a Liderança do PDT se deseja fazer uso do seu horário. Concedemos a palavra ao nobre Deputado Rafael Greca de Macedo.

O SR. RAFAEL GRECA DE MACEDO - Senhor Presidente, Senhores Deputados; chega a esta Assembléia a notícia de que o Senhor Governador do Estado, quer acabar com as patrulhas rodoviárias, que nos distritos rodoviários das principais cidades do Paraná, faziam a conservação das vias.

Parece que vem um Projeto de Lei para a Assembléia mandando vender as pás carregadeiras, os rolos compressores, os tratores, os caminhões, do DER, Departamento de Estradas e Rodagem do Paraná mandando doar estes equipamentos de maquinaria pesada para as prefeituras, determinadas prefeituras do Estado.

É preciso que o Poder Legislativo e a opinião pública do Paraná prestem atenção sobre esta suposta moralização, porque tudo isso cheira a maracutaia, sendo feita ao estertor do Governo que não tem mais do que 8 ou 7 meses para exercer a sua ação administrativa.

Preste, também, atenção a Assembléia aos ditos anúncios de moralização e reforma administrativa, tais como aqueles que prevêm a extinção do Instituto de Previdência do Estado, do IPE, que é o patrimônio dos funcionários públicos do Estado e não um órgão próprio, para ser disposto pelo Governador como se fosse propriedade sua.

Preste atenção, também a Assembléia, para estes Projetos de Lei, para o incluso nas Mensagens que vêm para esta Assembléia, como aquela que prevê a venda da Prisão Provisória do Ahú, numa das áreas mais valorizadas de Curitiba. É muito estarrecedor que se queira vender a penitenciária, quando se faz uma visita, como fiz eu a semana passada, à Delegacia da Cidade de Palmas, e num xadrez onde caberiam 12 pessoas estavam, em condições subhumanas perto de 45 presos, alguns dos quais já com a sua prisão preventiva decretada para o Ahú, mas para lá não foram removidos por falta de espaço.

Preste, ainda, atenção a Assembléia e a opinião pública do Paraná sobre esta Mensagem que manda para cá o Pedido de Autorização para a venda da Granja do Canguiri, lida, nos jornais como desnecessária, "como chácara do Governo do Estado" ou como "casa de campo dos Governadores". Não é bem assim! É preciso que se levante a história da Granja do Canguiri para ver as suas funções de espaço experimental para experimentos agrícolas e que se discuta aqui a possibilidade da sua transformação

num equipamento público da maior importância para o Estado, qual seja, uma área extremamente valorizada, perto de um parque de exposições, nos arredores da cidade de Curitiba.

De repente vende-se tudo que é público! De repente tenta-se privatizar tudo, a torto e a direito! De repente traz-se para a Nação a idéia de que o Estado precisa diminuir, diminuir, diminuir, e é verdade, nós sabemos que entre as grandes devoções nacionais, Estado, Estado cartorial, Estado todo-poderoso, que deve resolver tudo! Mas, de repente, há também fortíssimas suspeitas de falência do Estado, na sua máquina bancária, e nós não podemos consentir que, num repente, o grande buraco que se abriu, ao longo de 3 anos perdulários de Governo, se tampe agora, com o patrimônio do povo e pague, mais uma vez o povo o buraco aberto nas finanças públicas do Estado, com o seu próprio patrimônio, como é o caso do IPE, como é o caso de próprios públicos, cujo patrimônio nós devemos discutir se deve ou não ser mantido.

Todos nós sabemos o IPE tem vários imóveis cedidos para o próprio aparelho do Estado. Se não me engano o próprio imóvel do Tribunal Regional Eleitoral pertence aos funcionários públicos do Estado, pertence ao IPE, e não está sendo objeto de percebimento de aluguéis ou de taxas. Se não me engano o próprio edifício da esquina da rua Dr. Murici com a rua Cruz Machado, vizinho do prédio da PRB2, pertence também ao IPE e também não é objeto de percebimento de aluguéis.

Então, Senhores Deputados, Senhor Presidente, paranaenses que nos honram, nesta tarde, com a presença na sessão, de repente não sirva a moralidade administrativa teatral encenada entre uma viagem de submarino, um passeio de avião a jato, uma andada de skate ou uma peripécia qualquer, devidamente documentada pela Globo, de pretexto para uma imoralidade maior, imoralidade mais grave, qual seja a da dissipação do patrimônio público do povo do Estado do Paraná!

A Assembléia precisa ficar atenta para isso porque é justamente para isso que a Assembléia existe!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Ainda no Horário das Lideranças, consulto o PTB se fará uso da palavra.

(Declina).

Havendo declinado, consulto o PL.

(Declina).

Consulto o PT.

(Declina).

Havendo declinado, consulto o PSDB.

(Declina).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a hora do expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 45 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado João Arruda, na qualidade de líder do PFL, constante do expediente, indicando os Senhores Deputados que irão compor as Comissões Temáticas.- À Diretoria Legislativa, para anotar.

Ato do Presidente nº 01/90, constante do expediente, declara constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por 7 (sete) membros, conforme requerimento recebido pela Mesa, na sessão ordinária do dia 03, do corrente mês, que pretende apurar a situação das reservas indígenas existentes no território paranaense.- À Diretoria Legislativa, para atendimento ao disposto no item II e, anexação ao requerimento que originou a referente CPI.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 242/90, de autoria do Deputado Valderi Vilela, que autoriza o Poder Executivo a criar a "Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Bandeirantes". Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral da Assembléia, por unanimidade. Com EMENDAS DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, emendas aditivas de Plenário de nºs 04 e 05, de autoria dos Senhores Deputados Orlando Pessuti e Nereu Carlos Massignan, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 04 AO PROJETO DE LEI Nº 242/90.

Inclua onde couber:

Art. ... - Fica o Poder Executivo autorizado a criar, sob forma de fundação a Faculdade Estadual de Ciências, Letras e Direito de Ivaiporã, com sede e foro no Município de Ivaiporã.

Sala das Sessões, em 07.05.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoio: Hermas Brandão, Antônio Annibelli, Lauro Lobo Alcantara, Vera Agibert, Basílio Zanusso, Homero Oguido e Pirajá Ferreira.

JUSTIFICATIVA:

A instalação e diversificação de um estabelecimento de ensino superior na cidade de Ivaiporã pode contribuir ainda mais para o desenvolvimento do Vale do

Ivaí. Com esta nova opção, os estudantes do Município e da região não precisarão mais deixar suas cidades para frequentar a faculdade.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE N° 05.

Incluir os seguintes artigos ao Projeto:

Art. 9° - Fica instituída a Fundação Universidade Estadual do Vale do Iguaçu - UNIVALE, com sede e foro a ser decidido pelo Estatuto.

Art. 10 - São fins da Fundação Universidade Estadual Vale do Iguaçu - UNIVALE a realização e o desenvolvimento da educação superior, da pesquisa e da extensão e a divulgação científica, tecnológica e artística.

Art. 11 - A Fundação Universidade Estadual do Vale do Iguaçu - UNIVALE competirá inicialmente, após a devida incorporação patrimonial, a manutenção das seguintes instituições de ensino superior:

I - Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória;

II - Faculdade Municipal de Administração e Ciências Econômicas de União da Vitória;

III - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Palmas;

IV - Faculdades Reunidas de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas de Palmas;

V - Fundação de Ensino Superior de Patto Branco;

VI - Fundação Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão.

Parágrafo Único: A Fundação Universidade Estadual do Vale do Iguaçu - UNIVALE, deverá desenvolver de imediato o processo necessário para a efetivação e funcionamento da Universidade, resultante da incorporação, transformação e congregação das faculdades referidas neste artigo.

Art. 12 - A Fundação Universidade Estadual do Vale do Iguaçu - UNIVALE, aplicam-se os artigos 4°, 5°, 6°, 7° e 8° da presente Lei.

Sala das Sessões, em 07.05.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

Apoiamento: Nelson Vasconcellos, Raul Lopes, David Cheriegate e Luiz Carlos Alborghetti.

Emendas - Aprovadas.

Projeto - Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 36/90, de autoria da Comissão Executiva, que determina a sustação do Processo de Ação Penal contra o Deputado Pirajá Ferreira. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral da Assembléia, por unanimidade. Aprovado.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n°

159/89, de autoria do Deputado NEIVO BERARDIN, que cria o Município de DIAMANTE DO SUL, desmembrado do Município de Guaraniaçu. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 159/89

PARECER:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Neivo Beraldin, tem a finalidade de criar o Município de Diamante do Sul, com território desmembrado do Município de Guaraniaçu, com sede na localidade do mesmo nome.

Em análise da referida proposição, vê-se claramente tratar-se de justa medida consubstanciada na vontade da comunidade interessada. Além do que, a matéria encontra-se em conformidade com os dispositivos legais vigentes.

Isto posto, opinamos favoravelmente pela aprovação do referido projeto de lei, na forma do projeto de resolução que apresentamos.

É o parecer.

Sala das Sessões em 03.05.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

MÁRIO PEREIRA - Relator

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva Geral de Plenário, de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI N° 159/89

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO

Art. 1° - Fica criado o Município de DIAMANTE DO SUL, "ad referendum" do resultado do plebiscito, com território desmembrado do Município de Guaraniaçu, com sede na localidade de Diamante, que passa a denominar-s DIAMANTE DO SUL, e seguintes divisas:

"Começa na foz do Rio Feio no Rio Piquiri, seguindo pelo Rio Piquiri acima até a foz do rio Cascudo, por este acima até a foz do Arroio Barreiro, pelo qual segue até a sua cabeceira, donde por uma linha seca alcança a BR-277, pela qual segue até atingir a estrada Colônia Santo Antônio - Diamante, e por esta estrada em frente até chegar à ponte sobre o rio Feio, prosseguindo por este rio abaixo até a sua foz, no Rio Piquiri, ponto de partida."

MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO DA SEDE DO MUNICÍPIO DE DIAMANTE DO SUL

"Partindo de um marco cravado à margem da estrada que liga a localidade de Erval, segue por linha seca a rumo de 44°00'NO, e distância de 1.410,00m até o marco n° 1,

segue pelo rio Diamante até o marco n° 2, confrontando com parte dos lotes n°s 11 e 12, da Gleba 8, da Colônia São João do Sul, segue por linha seca a rumo 51°00'NO e distância de 740,00 m, até o marco n° 3, segue por linha seca a rumo de 14°15'NE e distância de 885,00m até o marco n° 4, confrontando com os lotes n°s 78 e 79, segue pelo Córrego Alambique acima até o marco n° 5, confrontando com os lotes n°s 81 e 82, segue por linha seca a rumo de 36°00'SO e distância de 1.490,00m, confrontando com o lote n° 75, até o marco n° 6, segue por linha seca a rumo de 20°00'SE e distância de 2.740,00m, confrontando com partes dos lotes n°s 70, 63, 38 e 37, até o marco n° 7, segue por linhas secas a rumo de 68°00'SE e distância de 200,00m, a rumo de 46°30'NE e distância de 146,00m, a rumo de 20°15'NO e distância de 140,00, a rumo de 68°00'NE e distância de 500,00m até o marco n° 12, segue pela Estrada do Erval até o ponto de partida, confrontando com parte dos lotes n°s 10 e 11."

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.05.90.

(a) MÁRIO PEREIRA

Apoiamento: NEIVO BERALDIN, HOMERO OGUIDO, LAURO LOBO ALCANTARA e ORLANDO PESSUTI.

- Aprovado o Substitutivo Geral.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 270/89, de autoria do Deputado CAÍTO QUINTANA, que cria o Município de ANAHY, desmembrado do Município de Corbélia, com as divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 270/89

P A R E C E R :

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Caíto Quintana, tem a finalidade de criar o Município de Anahy, com território desmembrado do Município de Corbélia.

Em análise da referida proposição, vê-se claramente tratar-se de justa medida consubstanciada na vontade da comunidade interessada. Além do que, a matéria encontra-se em conformidade com os dispositivos legais vigentes.

Isto posto, opinamos favoravelmente pela aprovação do referido projeto de lei, na forma do projeto de resolução que apresentamos.

É o parecer.

Sala das Sessões em 03.05.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

MÁRIO PEREIRA - Relator

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva Geral de Plenário, de autoria

Curitiba, segunda, em 07.05.90

do Sr. Deputado Mário Pereira, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI N° 270/89

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO

Art. 1° - Fica criado o Município de ANAHY, "ad referendum" do resultado do plebiscito, com território desmembrado do Município de Corbélia, com sede na localidade do mesmo nome e seguintes divisas:

"Começa na BR-369, no início da estrada Timburi. Segue pela estrada Timburi até o Rio Cachoeirinha ou dos Porcos; desce este até sua foz no Rio Piquiri; sobe por este até a foz do Rio Rebouças ou Sapucaí; sobe por este até a ponte na estrada Rancho Alegre, que liga Iguatu a BR-369; segue por esta até a BR-369; segue por esta até a estrada Timburi, ponto inicial e final".

PERÍMETRO URBANO

"Ponto inicial: o encontro da Rua Marcílio Dias com a Rua Rio Piquiri na Avenida São Paulo; segue pela rua Piquiri até a Rua Toneleros; segue por esta até a Rua Rio Ivaí; segue por esta até a rua Bandeirantes; segue por esta até a Rua Sem Denominação na Quadra n°7 (inclusive); segue por esta até a Avenida Paraná; segue por esta até a Rua Almirante Tamandaré; segue por esta até a Rua rio do Areia; segue por esta até a Rua Dois; segue por esta até a Rua Cinco; segue por esta até a Rua Almirante Tamandaré; segue por esta até a Rua Rio Tibagi; segue por esta até a Avenida Brasil; segue por esta até a Rua Marcílio Dias; segue por esta até a Rua Rio Piquiri na Avenida São Paulo, ponto final."

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.05.90.

(a) MÁRIO PEREIRA

Apoiamento: NEIVO BERALDIN, ORLANDO PESSUTI, HOMERO OGUIDO e LAURO LOBO ALCANTARA.

Aprovado o Projeto, artigo por artigo. Emenda. - Aprovada.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 291/89, de autoria da Deputada VERA AGIBERT, que declara de Utilidade Pública a SOCIEDADE DOS AMIGOS DA CULTURA UCRAÍNA. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 304/89, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que autoriza o Poder Executivo a conceder anistia a professores que sofreram descontos por motivos de greve e proceder o devido ressarcimento. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 304/89

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Hermas Brandão, o presente plano de lei visa autorizar o Poder Executivo a conceder anistia a professores que sofreram desconto por motivo de greve e proceder o devido ressarcimento.

Analisada a matéria por esta Comissão Geral, nada encontra que possa obstar o normal trâmite desta por esta Casa de Leis.

Nestas condições, é o nosso Parecer Favorável, opinando-se pela sua Aprovação. É o Parecer.

Sala das Sessões, em 03.05.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

ANTÔNIO ANNIBELLI - Relator

Sobre o referido projeto, emendas substitutivas Gerais de Plenário, em número de duas, de autoria dos Srs. Deputados Nereu Carlos Massignan e Hermas Brandão, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI N° 304/89

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO

Dê-se nova redação ao projeto de Lei n° 304/89, nos seguintes termos:

Art. 1° - Ficam sem efeitos, a partir de 1° de janeiro de 1990, todos os atos, processos ou iniciativas que tenham gerado qualquer tipo de punição aos integrantes do Magistério do Estado do Paraná, em virtude da interrupção das atividades profissionais, através da decisão de seus trabalhadores, garantida a readmissão se for o caso.

Parágrafo Único - O poder Executivo providenciará mediante folha suplementar, o devido ressarcimento salarial, num prazo máximo de 10 (dez) dias a partir da publicação desta Lei.

Art. 2° - Importará em crime de responsabilidade da autoridade competente, o não cumprimento desta lei.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.05.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN.

Apoiamento: Nelson Vasconcellos, Raul Lopes, David Cheriegate, Luiz Carlos Alborghetti, Rafael Greca e (1) ilegível.

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO

Art. 1° - Fica concedida anistia a todos os servidores, que sofreram descontos em seus vencimentos, por motivos de greve, até a data de publicação desta lei.

Parágrafo Único - O poder Executivo providenciará mediante folha suplementar, os devidos ressarcimentos, num prazo máxi-

mo de 20 (vinte) dias, a partir de sua publicação.

Art. 2° - A autoridade que deixar de cumprir o disposto nesta lei incorrerá em crime de responsabilidade.

Art. 3° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.05.90.

(a) HERMAS BRANDÃO.

Apoiamento: RAFAEL GRECA, WERNER WANDERER, ALGACI TÚLIO e TADEU LÚCIO MACHADO.

Aprovado o Projeto, artigo por artigo, por unanimidade. Emendas - Aprovadas.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 17/90, de autoria do Deputado Antônio Annibelli, que assegura isenção de I.C.M.S. nas vendas de tijolos e telhas de barro diretamente da indústria ao adquirente, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL da ASSEMBLÉIA. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 017/90

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Antônio Annibelli, tem por finalidade assegurar isenção de ICMS na venda de tijolos e telhas de barro diretamente da indústria ao adquirente, conforme especifica.

Formalmente, a matéria apresenta-se irretocável, situando seu objetivo na esfera de atuação do Poder Legislativo, inexistindo óbice de natureza constitucional que impeça a sua normal tramitação neste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 03.05.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

HERMAS BRANDÃO - Relator

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 24/90, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI. As taxas de energia elétrica, água e esgotos nos estabelecimentos de ensino serão de responsabilidade do Governo do Estado, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 36/90, de autoria do Deputado RENATO ADUR, que declara de Utilidade Pública a UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE EMPREGADOS DA CIDADE INDUSTRIAL DE CURITIBA. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n°

38/90, de autoria do Deputado VALDERI MENDES VILELA, que dispõe sobre a isenção da taxa para exame de saúde para motoristas profissionais, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. - Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 38/90

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Excelentíssimo Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, objetiva isentar da taxa de exame de saúde os interessados em adquirir a habilitação profissional para motoristas.

Ao proceder-se a análise da proposta, notamos o amplo alcance social em favor dos mais desfavorecidos, aqueles que possuem renda inferior a três (03) salários-mínimos, conforme preceitua o art. 1° da iniciativa.

Sendo assim, esta Comissão Geral dá seu parecer Favorável, opinando pela Aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer, S.M.J.

Sala das Sessões, em 03.05.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

PAULO FURIATTI - Relator

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 39/90, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANIBELLI, que assegura reserva de 20% de vagas a alunos carentes nos estabelecimentos de ensino particular. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO. - Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 39/90

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Excelentíssimo Sr. Deputado Antônio Anibelli, objetiva assegurar uma reserva de 20% (vinte por cento) de vagas a alunos carentes nos estabelecimentos da rede particular de ensino.

Ao proceder-se a sua análise, notamos o seu amplo alcance social, fazendo com que os estabelecimentos da rede de ensino particular, cumpram com sua função social, mantendo vagas essencialmente destinadas a alunos carentes.

Sendo assim, esta Comissão Geral dá seu parecer FAVORÁVEL opinando pela APROVAÇÃO do presente projeto de lei, nada encontrando que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa.

É o parecer, S.M.J.

Sala das Sessões, em 03.05.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente;

HERMAS BRANDÃO - Relator.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n°

112/90, de autoria do Deputado LAURO LOBO ALCANTARA, que declara de Utilidade Pública o LAR DE IDOSOS SÃO VICENTE DE PAULO, com sede e foro na cidade de Pato Branco. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 158/90, de autoria da Deputada IRONDI PUGLIESI, que cria a CRECHE PRÉ ESCOLAR CANTINHO FELIZ, da Penitenciária Feminina, no âmbito do órgão pertinente, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. - Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 158/90

P A R E C E R:

O plano de lei em tela, visa estabelecer a aplicação do art. 254 da Constituição Estadual, que dispõe sobre a instituição de creches nos presídios femininos, assegurando-se às mães internas, o direito de permanecer com o filho, no período de aleitamento.

Sob o aspecto legal e constitucional, nada há que impeça a normal tramitação do presente projeto.

Chamada a opinar, esta Comissão Geral manifesta-se favoravelmente à medida ora proposta.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 03.05.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

SABINO CAMPOS - Relator

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 159/90, de autoria da Deputada IRONDI PUGLIESI, que estabelece forma de cumprimento do Art. 176, da Constituição Estadual do Paraná, sobre a interrupção da gravidez. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 159/90

PARECER:

O plano de lei em tela, visa estabelecer forma de cumprimento do art. 176 da Constituição Estadual, o qual prescreve que o Estado garantirá, na rede pública hospitalar, o atendimento para interrupção da gravidez, nos casos previstos em Lei.

O art. 128 do Código Penal Brasileiro, prevê a interrupção da gravidez nos casos de risco de vida da gestante ou em caso de gravidez resultante de estupro.

Quanto ao mérito da medida, observa-se o alcance social resultante, pois, as camadas da população menos favorecidas economicamente serão beneficiadas, devido ao fato de que não mais precisarão recorrer a clínicas clandestinas ou a pessoas não qualificadas, o que acarretaria em prejuízo à saúde ou até mesmo risco de vida.

Quanto ao aspecto legal e constitucional, não há nenhum óbice para a normal tramitação do presente projeto de lei.

Chamada a opinar esta Comissão Geral manifesta-se favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 03.05.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

SABINO CAMPOS - Relator

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 160/90, de autoria da Deputada IRONDI PUGLIESI, que cria albergues para atendimento de pessoas vítimas de violência nas relações familiares e dá outras providências, de acordo com o Art. 215, da Constituição Estadual. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. - Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 160/90

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria da Excelentíssima Sra. Deputada Irondi Pugliesi, que objetiva criar albergues para o atendimento de pessoas vítimas de violência nas relações familiares.

Ao proceder-se a sua análise, notamos o seu amplo alcance social, que lhe dá essência meritória, a consonância e atendimento ao preceito da Constituição Estadual ditado pelo inciso III, do Art. 215, que determina ser de obrigação do Estado a manutenção de programas destinados à assistência e promoção integral da família, implantando albergues destinados ao recolhimento provisório de pessoas vítimas de violência familiar.

Sendo assim, esta Assembléia Legislativa, reunida em COMISSÃO GERAL, dá seu parecer FAVORÁVEL opinando pela APROVAÇÃO do presente projeto de lei, nada encontrando que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa.

É o parecer, S.M.J.

Sala das Sessões, em 03.05.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente;

SABINO CAMPOS - Relator.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 164/90, de autoria do Deputado LUCIANO PIZZATTO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE BIÓLOGOS DO PARANÁ, com sede nesta Capital. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 165/90, de autoria do Deputado LUCIANO PIZZATO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA PRAINHA. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n°

209/90, de autoria dos Deputados HAROLDO FERREIRA e IRONDI PUGLIESI, que estabelece a forma de cumprimento do Artigos 170 e 215, da Constituição Estadual, no tocante à saúde da mulher e ao planejamento familiar, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. - Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 209/90

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria dos Excelentíssimos Deputados Haroldo Ferreira e Irondi Pugliesi, objetiva estabelecer a forma de cumprimento dos artigos 170 e 215, da Constituição Estadual, no que tange à saúde da mulher e ao planejamento familiar.

Ao proceder-se a sua análise, notamos o seu amplo alcance social em favor da mulher paranaense, que através da regulamentação, objeto da iniciativa meritória, sentir-se-á assegurada pelos programas estaduais de assistência à saúde da mulher e de planejamento familiar.

Nestas condições, esta Comissão Geral dá seu parecer, FAVORÁVEL, opinando pela APROVAÇÃO do presente projeto de lei, nada encontrando que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa pelos órgãos competentes desta Casa de Leis.

É o parecer, S.M.J.

Sala das Sessões, em 03.05.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente;

SABINO CAMPOS - Relator.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 23/90, de autoria dos Deputados NAMIR PIA-CENTINI e NILTON BARBOSA, que autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, no Município de Assis Chateaubriand, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de ENCANTADO DO OESTE. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por três sessões. - Aprovado. Fica, portanto, retirado da Ordem do Dia o Projeto de Resolução n° 23/90, por 3 (três) sessões.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 28/90, de autoria da COMISSÃO GERAL, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Campo Mourão, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de FAROL. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 46/90, de autoria da COMISSÃO GERAL, (ex-Proposição n° 43/90, Mensagem n° 65/90),

que autoriza o Poder Executivo, através do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas - ITCF, alienar imóvel no Município de Pitanga, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL da ASSEMBLÉIA, por unanimidade.

Sobre o referido projeto, emenda aditiva de Plenário, de autoria do Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 46/90

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO

Incluir mais um artigo ao Projeto de Resolução n° 46/90, nos seguintes termos:

Art. 2° - O valor total arrecadado pela alienação referida no artigo 1° constituirá receita do Fundo de Desapropriação e Colonização destinada à aquisição de novas áreas para assentamentos.

Sala das Sessões, em 07.05.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN.

Apoio: NELSON VASCONCELLOS, RAUL LO PES, LUIZ CARLOS ALBORGHETTI e (1) Ilegível.

Emenda - Aprovada.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 47/90, de autoria da COMISSÃO GERAL, que autoriza o Poder Executivo, através do ITCF, alienar imóvel no município de Pitanga, na área que especifica.

Sobre o referido projeto, Emenda Aditiva de Plenário, de autoria do Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 47/90

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO

Incluir mais um artigo ao Projeto de Resolução n° 47/90, nos seguintes termos:

"Artigo 2° - O valor total arrecadado pela alienação referida no art. 1° constituirá receita do Fundo de Desapropriação e Colonização destinada à aquisição de novas áreas para assentamentos.

Sala das Sessões, em 07.05.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

Apoio: NELSON VASCONCELLOS, RAUL LOPES, DAVID CHERIEGATE e LUIZ CARLOS ALBORGHETTI.

Aprovado o projeto, artigo por artigo.
Emenda - Aprovada.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 228/90, de autoria do Deputado Sabino Campos, que cria "ad referendum" do resultado do plebiscito, o município de Vila Nova, com sede na localidade do mesmo nome, desmembrado do município de Toledo, com as divisas que especifica. (Publ. no D.A. n° 39, de 17.04.90).

Sobre o referido projeto, Parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 228/90

PARECER:

O presente plano de lei de autoria do nobre Deputado Sabino Campos, visa criar "ad referendum" do resultado do plebiscito, o município de Vila Nova, com sede na localidade do mesmo nome, desmembrado do município de Toledo e com as divisas que especifica.

Chamada esta Comissão para opinar, entende a mesma que a matéria obedece os ditames constitucionais e as demais normas legais vigentes.

Assim sendo, pelas condições acima expostas, é o nosso parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela aprovação do projeto de lei em tela.

É o Parecer.

Sala das Sessões, em 07.05.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente;

Lauro Lobo Alcantara - Relator.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a Mesa, requerimento de n° 1116, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1127, 1126, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1112, de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1119, de autoria do Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1121, de autoria do Sr. Deputado José Rogério Carvalho, Orlando Pessuti, Rafael Greca e demais Srs. Deputados, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1122, de autoria do Sr. Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1115, 1114, de autoria do Sr. Deputado Cândido Bastos, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1117, 1118 de autoria do Sr. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1120, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1128, de autoria dos Srs. Deputados Tadeu Lúcio Machado, Rafael Greca, Raul Lopes e demais Srs. Deputados, constante do expediente. Aprovado. À

PDT - 01 (um) Deputado;
PRN - 01 (um) Deputado;
PTB - 01 (um) Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nos termos do artigo 62, § 3º, está instalada a Comissão Parlamentar de Inquérito.

A Mesa solicita aos Senhores Deputados líderes de Bancadas que procedam à indicação dos Srs. Deputados que irão compor a Comissão Parlamentar de Inquérito que irá investigar eventuais irregularidades na área fazendária e sistema financeiro estadual.

A Comissão será constituída por sete Srs. Deputados.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento).

Gostaria que Vossa Excelência informasse se foi votado esse requerimento. Vossa Excelência estava colocando em votação e, posteriormente, foi pedido para ser feita a leitura. Nós queríamos saber se vai ser posto em votação ou não e se constitucionalmente Vossa Excelência tem autonomia, autoridade, para criar já a comissão. Gostaria dessa informação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa informa a Vossa Excelência que o seu assessor deve ter-lhe informado errado. A comissão com dezoito assinaturas é de constituição automática.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Eu tenho conhecimento. É um terço dos Srs. Deputados, mas Vossa Excelência estava colocando em votação. Uma vez que tem um terço dos Srs. Deputados, nós sabemos que não há necessidade...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência consulte as notas taquigráficas e verificará que eu não estou colocando nada em votação...

O SR. DIRCEU MANFRINATO - ...Vossa Excelência ia pôr em votação, por isso eu questioneei, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência não pode adivinhar os meus pensamentos.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Mas, muito obrigado pela informação de Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa solicita aos Srs. Deputados que procedam à indicação dos membros da Comissão; será constituída de sete Deputados:

PMDB - 02 (dois) Deputados;

PSDB - 01 (um) Deputado;

PFL - 01 (um) Deputado;

O SR. ORLANDO PESSUTI - Pela Ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, solicitamos, pela ordem, para, aproveitando este momento bastante tranqüilo da sessão plenária de hoje, usar da palavra para cumprimentarmos o Deputado Pedro Irno Tonelli por ter sido ele escolhido, no último final de semana, em convenção realizada na vizinha cidade, município de São José dos Pinhais, para ser o Presidente do Partido dos Trabalhadores do Paraná.

Entendemos que isto é, acima de tudo, o reconhecimento pela dedicação e pelo trabalho com que o Deputado Pedro Tonelli vem se pautando nesta Assembléia como representante dos interesses do Partido dos Trabalhadores.

Por esta razão o cumprimento, Deputado, porque sabemos das suas origens, da militância que Vossa Excelência desenvolveu ainda bastante jovem em defesa do sindicalismo dos trabalhadores rurais. E agora na Assembléia Legislativa, como representante do PT, Vossa Excelência que com brilhantismo vem defendendo as cores dessa agremiação, chega agora à condição de Presidente Regional desse Partido e quem sabe brevemente possa chegar até à condição de Presidente Nacional, para orgulho de todos os paranaenses.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Esta Presidência alerta aos Srs. Deputados para a votação na sessão de amanhã das Mensagens Governamentais sobre revisão orçamentária. Será adotado o seguinte critério: votar-se-á amanhã, em primeira discussão, as Mensagens e após isto a Mesa abrirá prazo de três sessões para apresentação de emendas de acordo com o ritual da votação orçamentária.

A Mesa convida os Srs. Deputados, após a sessão plenária, para se reunirem no Gabinete da Presidência, a fim de tomarmos algumas providências no sentido das votações que irão se processar nesta semana.

Relatores para Suplementação a Revisão Orçamentária na Sessão de amanhã: José Rogério, Orlando Pessutti, Eduardo Baggio e João Arruda. A Diretoria do Departamento Legislativo estará à disposição dos Srs. Deputados Relatores.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 08, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

4.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 242/89.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 132 e 228/90.

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 159, 270, 291, 304/89, 17, 24, 36, 38, 39, 112, 158, 159, 160, 164, 165 e 209/90.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n° 260, 341/89, 163, 77, 85, 220, 262, 273 e 277/90.

e dos Projetos de Resolução n°s 28, 46 e 47/90.

e dos Projetos de Resolução n°s 27 e 30/90.

Levanta-se a sessão.